

U

LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Relatório e Contas SPUL

[Abril 2015]

INDICE

Missão, Organização e Estrutura dos SPUL.....	3
Missão	3
Organização.....	3
Estrutura Orgânica	4
Síntese das Atividades desenvolvidas pelos SPUL	5
Recursos Humanos.....	7
Relatório de Contas.....	8
Análise Orçamental	8
Receita.....	8
DESPESA	9
Análise Patrimonial	12
Análise do Balanço	12
Análise da Demonstração de Resultados.....	13
Evolução dos Indicadores de Solvabilidade e Liquidez	15

MISSÃO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SPUL

MISSÃO

Os Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (SCUL) coordenam, organizam e apoiam todas as entidades que compõem a Universidade de Lisboa (ULisboa), nas diversas áreas de atividade e de suporte à equipa reitoral, sem prejuízo das competências dos órgãos de governo próprios das Escolas. Os SPUL partilham esta missão, em estreita articulação com os Serviços Centrais.

ORGANIZAÇÃO

Os Serviços Partilhados (SPUL) fazem parte dos SCUL que compreendem também, os serviços da Reitoria, o Estádio Universitário de Lisboa (EUL) e as Unidades Especializadas. Esta organização funcional faz-se mediante a utilização conjunta de meios, atribuições e competências e sem prejuízo da autonomia própria da Reitoria e dos Serviços Autónomos, prevista nos Estatutos da Universidade.

O Reitor da ULisboa é o órgão superior de governo, de direção e de representação externa da Universidade sendo também o dirigente máximo dos Serviços Centrais. É coadjuvado por Vice-Reitores e por Pró-Reitores, que exercem as suas funções no âmbito das competências neles delegadas, acompanhando e coordenando diretamente as atividades da Universidade e dos SCUL.

O Reitor coordena todas as ações inerentes ao processo governativo da ULisboa de acordo com as competências definidas nos Estatutos e pelas que lhe foram cometidas pela tutela. Entre outras, cabe-lhe presidir ao Conselho de Coordenação Universitária, ao Senado e ao Conselho de Gestão dos SCUL.

A Administradora, para além de ser vogal do Conselho de Gestão, assegura a coordenação geral da administração da Universidade e coordena, sob direção do Reitor a quem reporta hierarquicamente, as unidades operativas integradas nos SCUL, sendo coadjuvada nas suas funções pelos Diretores Executivos da Reitoria e dos Serviços Partilhados, e pelo Presidente do EUL.

O Diretor Executivo dos Serviços Partilhados, para além de ser vogal do Conselho de Gestão, tem também subdelegadas, pela Administradora, responsabilidades diversas no âmbito do Gabinete de Controlo de Gestão, do Gabinete de Projetos, Empreendedorismo e Transferência de Conhecimento, do Departamento de Recursos Humanos, do Departamento Financeiro, do Departamento de Património e Compras e do Departamento de Informática, igualmente unidades operativas dos SCUL.

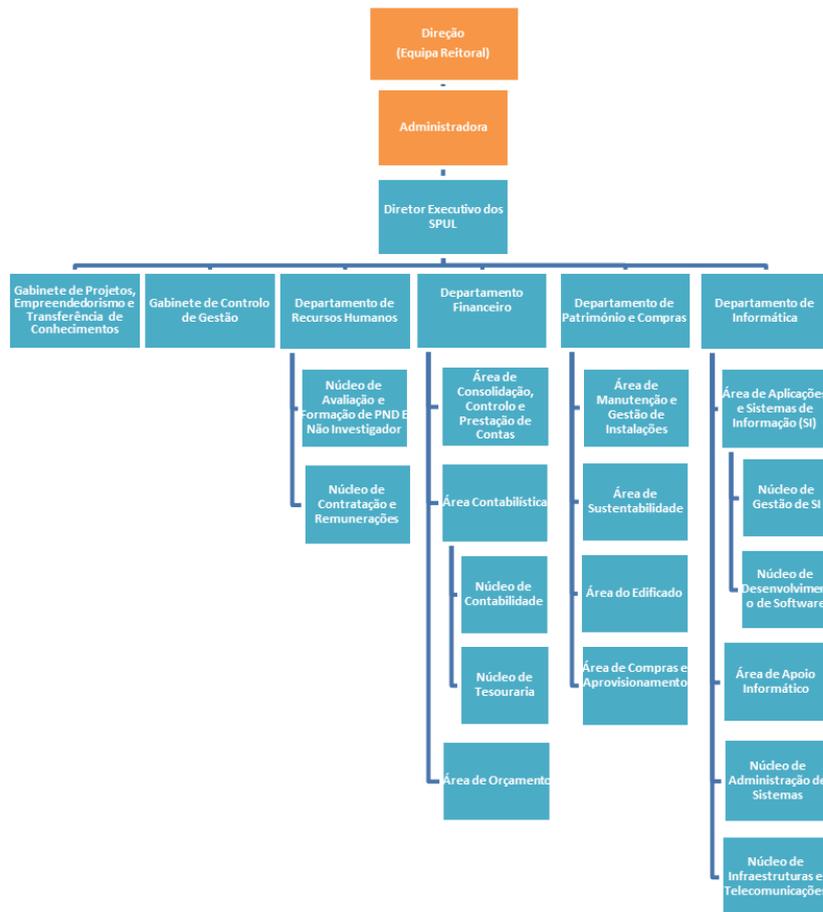
As Unidades Operativas dos SCUL são designadas por Gabinetes, Departamentos e Áreas. Fazem parte dos SPUL as seguintes Unidades:

- a) O Gabinete de Projetos, Empreendedorismo e Transferência de Conhecimento;
- b) O Gabinete de Controlo de Gestão;
- c) O Departamento de Recursos Humanos;
- d) O Departamento Financeiro;
- e) O Departamento de Património e Compras;
- f) O Departamento de Informática.

ESTRUTURA ORGÂNICA

Os SCUL, como já vimos, são dirigidos pelo Reitor. A sua organização está consagrada no Despacho nº 14600/2013, publicado no DR, 2ª série, nº 219, de 12 de novembro de 2013. A Figura 1 apresenta o respetivo organograma.

Figura 1: Organograma dos SPUL a 31 de dezembro de 2014



SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SPUL

Os Serviços Partilhados desenvolvem a sua atividade no sentido de promover e concretizar o desenvolvimento de projetos com base na partilha de recursos materiais, logísticos e humanos existentes, ou a adquirir, e através da cooperação e interação institucionais. Dessa forma é possível levar a cabo, com uma maior racionalização de custos, atividades académicas e científicas, sendo daí esperada uma potenciação de benefícios para todos os agentes da ULisboa.

As Unidades Operativas dos SPUL, através da gestão racionalizada dos recursos da ULisboa, visam consolidar internamente a coesão institucional e projetar, no país e no estrangeiro, uma imagem da universidade como instituição moderna, coesa, dinâmica e inovadora, com capacidade competitiva face às suas congéneres de renome internacional, assumindo-se como instituição de referência no panorama do ensino superior europeu.

É neste âmbito que se insere o Projeto de Modernização Administrativa. A Universidade de Lisboa encetou em 2011 duas candidaturas ao Sistema de Apoio à Modernização administrativa (SAMA), no âmbito do QREN, uma para a “Simplificação e Normalização de Processos e Sistemas de Informação” (SAMA1) e a outra, para a implementação de um “Balcão Único – BU” (SAMA2).

A fase de implementação do SAMA 1, terminou em 31 de dezembro de 2013, tendo-se procedido em 2014 às seguintes atividades: (i) Prestação final de contas à entidade financiadora, tendo o projeto encerrado com uma taxa de execução de 98.74%; (ii) Elaboração de Relatório Final de Projeto, com a descrição de todos os subprojectos desenvolvidos, metodologias utilizadas, resultados obtidos e ganhos que derivam da sua implementação; (iii) Divulgação dos resultados, através de um seminário que teve lugar a 20 de Março, no Salão Nobre da Reitoria, que contou com a presença de mais de 250 pessoas, onde foi apresentado o vídeo que evidencia todo o percurso seguido para a modernização administrativa e tecnológica na ULisboa.

Relativamente ao SAMA 2, e considerando a dimensão da Universidade de Lisboa após concretização da fusão em julho de 2013, foi necessário proceder-se a uma redefinição da estratégia de operacionalização que resultou no lançamento, em 2014, de um concurso internacional para a contratação de parceiros para auxílio na evolução e instalação, do Sistema FenixEdu, ERP aconselhado pela AMA para os estabelecimentos de Ensino Superior, em 14 das Escolas, dando desta forma, corpo ao projeto Balcão Único da Universidade de Lisboa. Foi igualmente lançado, no âmbito do SAMA 2, o concurso público do IDM para a implementação de um sistema de identidade único para a ULisboa.

A Modernização Administrativa e Tecnologia da ULisboa engloba, ainda, duas iniciativas a decorrer entre 2014 e 2015 que são a implementação de um Sistema Financeiro Integrado para a Universidade (SAMA 3) e, a implementação de Modelo de *Cloud Services* (SAMA 4), este último visando a melhoria das condições do *Data Centers* e a disponibilização de serviços core IT na *Cloud*. No conjunto destes quatro projetos a Universidade contou com um financiamento superior a 4,8 M€ para a modernização dos seus sistemas de informação e redes de dados.

Durante o ano de 2014 foram preparadas todas as peças contratuais do concurso internacional para a implementação do Sistema Financeiro Integrado (SAMA 3) e foi, igualmente, lançado o concurso internacional para a implementação de um modelo *Cloud Services* com o objetivo de renovar tecnologicamente a infraestrutura de *Core Switching*, a infraestrutura de *Switching* de Agregação e Acesso de algumas Escolas, bem como a modernização tecnológica do sistema de rede sem fios (wireless) da Universidade de Lisboa.

Para além deste Projeto, os SPUL, através do seu Gabinete de Projetos, Empreendedorismo e Transferência de Conhecimento (GPETC) asseguraram, em 2014, a gestão administrativa e financeira de diversos projetos tendo também apoiado os seus responsáveis na negociação, abertura, execução e elaboração dos relatórios financeiros.

Em colaboração com as estruturas das Escolas da Universidade de Lisboa, o GPETC, apoiou também diversas outras atividades: de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico da Universidade; de transferência de conhecimento e sua valorização económica; de gestão e valorização da propriedade intelectual, dinamizando as relações empresariais e ainda as de apoio ao empreendedorismo, a nível nacional e internacional.

Outra das áreas de atuação dos SPUL é o Controlo de Gestão. Através do respetivo Gabinete, procedeu-se, entre outros, à análise permanente da evolução da execução dos planos e orçamentos sob a sua responsabilidade, prestando informações periódicas que permitiram o seu controlo, nomeadamente, no que diz respeito à gestão de recursos humanos e financeiros, com especial atenção para o controlo da massa salarial da Universidade de Lisboa em 2014. O controlo de gestão é um elemento essencial para a boa gestão conjunta da universidade. Em 2014, foi estabilizado o modelo formal dos reportes e selecionadas as variáveis mais relevantes para sustentar a tomada de decisão estratégica pelo Reitor e órgãos de governo da Universidade de Lisboa.

Cabe também aos Serviços Partilhados assegurar a gestão de processos e de atos referentes aos trabalhadores da Universidade, independentemente do tipo de vínculo ou carreira. O Departamento de Recursos Humanos desenvolveu diversas atividades nas áreas da formação e avaliação; gestão de recursos humanos; processamento de vencimentos; contratação e apoio jurídico. Para além da gestão corrente dos recursos humanos, merece destaque a preparação dos processos relativos a bolsas.

Um projeto que se destacou em 2014 foi o da formação desenvolvida no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), cujo financiamento permitiu à ULisboa realizar 37 ações de formação, correspondentes a 1.061 horas de formação, com 767 formandos inscritos.

Coube ao Departamento Financeiro assegurar os processos financeiros necessários à atividade da universidade garantindo a preparação e gestão orçamental, a realização de despesa, a realização e cobrança de receita, a consolidação, controlo e prestação de contas, e outras obrigações fiscais.

Por sua vez, o Departamento de Património e Compras, exerceu a ação na construção, reabilitação e manutenção das instalações e equipamentos da Universidade, programando e desenvolvendo os projetos de empreitadas, assegurando os processos de aquisição de bens e serviços, de gestão e acompanhamento de contratos, de gestão de bens patrimoniais, e de gestão ambiental garantindo procedimentos uniformizados e normalizados. Em 2014 foram lançadas diversas obras de grande dimensão e dado seguimento a intervenções já iniciadas, de entre as quais se salienta a obra de ampliação da Faculdade de Psicologia/Instituto de Educação, a empreitada do IBCP (Instituto Bacteriológico Câmara Pestana), a obra do IGOT (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território), o concurso para residências no Alto da Ajuda, a reabilitação de espaços no edifício da Reitoria, para além do acompanhamento de intervenções em diversas escolas, no Estádio Universitário de Lisboa, e em geral, em todas as infraestruturas da ULisboa.

RECURSOS HUMANOS

A distribuição de Recursos Humanos dos SPUL, em 31 de dezembro de 2014, pelas suas 6 Unidades Operativas, é a que se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1: Distribuição do Pessoal dos SPUL por unidades operativas a 31 de dezembro de 2014

Administração e Unidades Operativas dos SPUL	Dirigente	Téc. Superior	Informática	Coord. Técnico	Assist. Técnico	Assist. Operacional	Outro	TOTAL
Administração dos SPUL	1							1
Gabinete de Projetos, Empreendedorismo e Transferência do Conhecimento	1	8		1	3		1	14
Gabinete de Controlo de Gestão	1	1						2
Departamento de Recursos Humanos	2	9	1		3	1		16
Departamento Financeiro	3	14		1	9			27
Departamento de Património e Compras	5	7			6	6	1	25
Departamento de Informática	4		22		1			27
TOTAL SPUL	17	39	23	2	22	7	13	112
% pessoal por categoria	15%	35%	21%	2%	20%	6%	2%	100%

Notas: No campo "Outro" foi considerado 1 investigador afeto ao Gabinete de Projetos, Empreendedorismo e Transferência do Conhecimento e um técnico superior com contrato a termo incerto. Não foram considerados neste quadro os Estagiários PEUL e os Bolseiros de Investigação (10). No total, os recursos afetos aos SPUL correspondem a 123 pessoas.

Fonte: INDEZ 2014

Em relação às categorias profissionais, destaca-se a dos técnicos superiores que representam 35% do conjunto dos trabalhadores dos SPUL. Os assistentes técnicos e o pessoal da carreira da informática correspondem, cada, a 20% do total, e os dirigentes a 15%.

Conforme havia ficado definido no Plano de Atividades da Universidade de Lisboa para 2014, existia a necessidade de serem lançados processos de mobilidade interna, com vista a garantir uma gestão mais equilibrada dos recursos humanos disponíveis.

Por esta razão, no ano transato, os SCUL, pelas reestruturações efetuadas nas diferentes unidades operativas, sofreram algumas alterações ao nível dos seus recursos humanos. Entre entradas e saídas, os SPUL tiveram uma redução de 36 pessoas. Os processos de mobilidade interna e o reajustamento interno de recursos necessários ao bom desempenho das funções atribuídas às diversas unidades, inserem-se no objectivo de otimização dos recursos humanos subjacente ao processo de fusão e de racionalização e ganho de eficiência pretendidos.

RELATÓRIO DE CONTAS

ANÁLISE ORÇAMENTAL

RECEITA

Para a execução e desenvolvimento das suas atividades os SPUL utilizaram principalmente as seguintes fontes de financiamento:

- 311 - Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados;
- 319 - Transferências de Receitas Gerais entre organismos;

As restantes fontes de financiamento consideradas respeitam a receitas próprias e financiamentos europeus. O quadro seguinte apresenta a dotação inicial e final de cada uma das referidas fontes de financiamento:

Dotação inicial e final por Fonte de Financiamento	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Euros	
			Receita Cobrada Líquida	Grau de Execução
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Orçamento do Estado (FF311)	4.320.226	4.534.338	4.394.630	96,9%
Transferências da Administração Pública (FF319)	0	47.228	47.228	100,0%
Receitas Próprias (FF510)	20.000	20.848	4.573	21,9%
Financiamento UE (FF400)	2.880.312	2.889.626	399.344	13,8%
Outras Fontes de Financiamento	0	3.294	3.296	100,0%
Total	7.220.538	7.495.334	4.849.071	64,7%

Fonte: MFC 2014

A previsão inicial dos SPUL proveniente do OE (correspondente à fonte de financiamento 311) foi de 4.320.226€, enquanto a receita cobrada líquida se cifrou em 4.394.630€, tendo o grau de execução sido de 96,9%. Houve, deste modo, um acréscimo de 1,7% entre a previsão inicial e a cobrada, o qual é justificado pelos reforços recebidos deduzidos das correspondentes cativações ocorridas ao longo do ano económico de 2014.

As transferências da administração pública tiveram uma receita cobrada líquida de 47.228€ (quando não tinham tido qualquer valor de previsão inicial) que foi executada na íntegra. A expressão quantitativa das receitas próprias é muito diminuta no quadro do orçamento total dos SPUL. As receitas próprias sofreram uma redução da previsão inicial para a receita cobrada líquida, tendo passado de 20.000€ na inicial para apenas 4.573€ e tiveram um grau de execução de 21,9%.

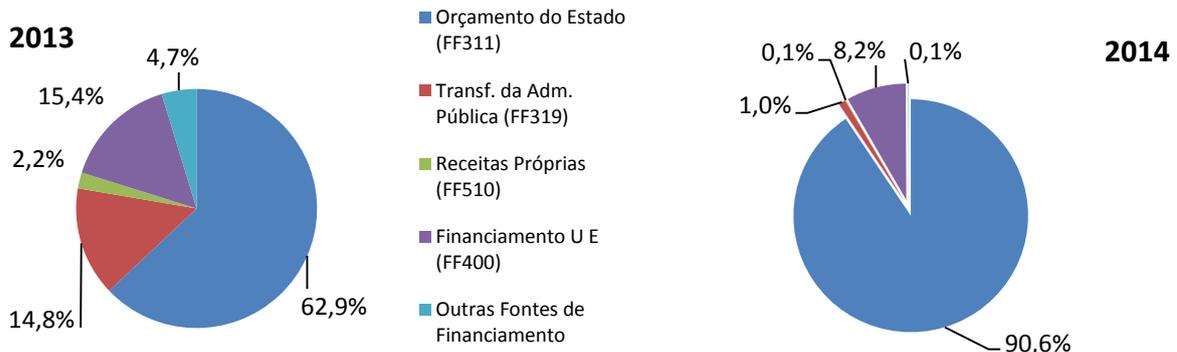
O financiamento da UE sofreu uma ampla redução entre a previsão corrigida e a receita cobrada líquida, passando de, respetivamente, 2.889.626€ para apenas 399.344€, revelando assim um grau de execução de 13,8%. O valor da receita cobrada líquida desta fonte de financiamento destina-se exclusivamente à execução dos três projetos SAMA que se encontram em vigor. A universidade aguarda ainda a transferência relativa ao SAMA 1, projeto encerrado a 31 de dezembro de 2013, que previsivelmente seria recebido ao longo do ano de

2014. Finalmente, as outras fontes de financiamento, que não tinham previsão inicial, acabaram por ter uma receita cobrada líquida de 3.296€ que foi executada integralmente.

Em síntese pode então dizer-se que os SPUL tiveram uma receita cobrada líquida de 4.849.071€ que representa 67% da previsão inicial de 7.220.538€, e que o grau de execução dessa receita foi de 64,7%.

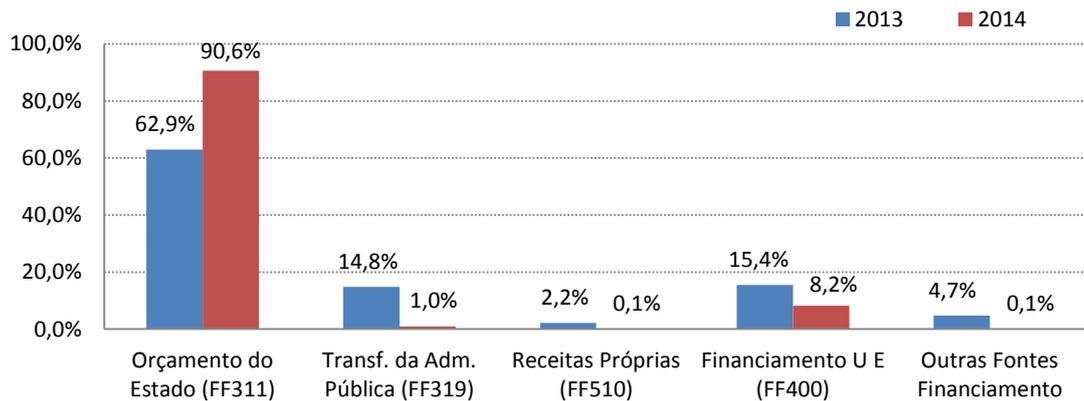
A estrutura da receita pelas suas diferentes fontes de financiamento é a apresentada nos gráficos seguintes:

Estrutura da Receita por Fonte de Financiamento, por ano



O destaque vai para o significado do Orçamento de Estado como fonte de financiamento. Enquanto em 2013 representava 62,9%, e surgiam também com significado as transferências da administração pública com 14,8% e o financiamento da UE com 15,4%, em 2014 o Orçamento de Estado representava já 90,6% do total e apenas o financiamento da UE tinha expressão assinalável mantendo-se em 8,2% do total da receita; neste último ano as demais fontes de financiamento perderam significado. O gráfico que se segue mostra a evolução relativa verificada nas diferentes fontes de financiamento para aqueles anos.

Evolução da Receita por Fonte de Financiamento



DESPESA

As despesas dos SPUL por classificação económica estão representadas no quadro e gráfico seguintes:

Classificação Económica	Dotação Inicial	Cativos	Dotação inicial	Dotação corrigida	Compromissos	Despesa Paga	Grau de execução da Dotação corrigida
	(1)	(2)	(3) = (1)-(2)	(4)	(5)	(6)	(7) =(6)/(4)
01 Despesas com o pessoal	2.856.951		2.856.951	3.613.870	3.159.420	3.159.420	87,4%
02 Aquisição de bens e serviços	3.023.538	139.708	2.883.830	2.805.829	544.024	544.024	19,4%
03 Juros e outros encargos	0		0	6	5	5,18	86,3%
04 Transferências correntes	483.167		483.167	554.495	235.852	235.852	42,5%
06 Outras despesas correntes	22.459		22.459	491.106	11.419	11.498	2,3%
07 Aquisição de bens de capital	833.689		833.689	1.765.205	152.083	152.083	8,6%
Total	7.219.804	139.708	7.080.096	9.230.511	4.102.803	4.102.882	44,45%
Total do Orçamento	7.219.804	139.708	7.080.096	9.230.511	4.102.803	4.102.882	44,45%

Fonte: MFC 2014

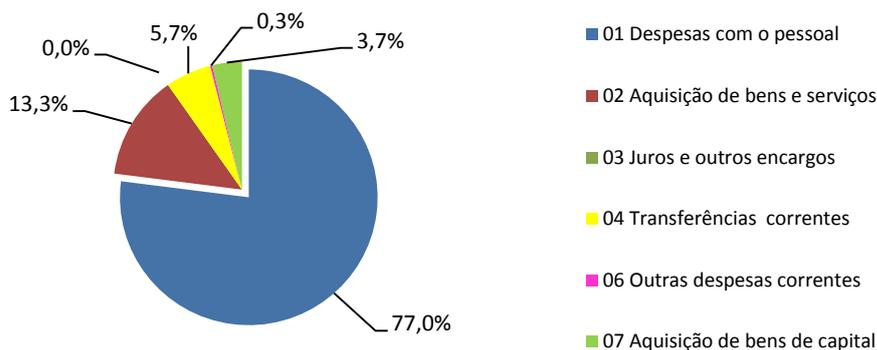
A análise do quadro supra permite dizer que as despesas com o pessoal tiveram uma dotação corrigida superior à inicial, respetivamente de 3.613.870€ contra 2.856.951€, e tiveram um grau de execução de 87,4%. A rubrica de aquisição de bens e serviços teve uma despesa paga de 544.024€, que traduz um grau de execução de 19,4% relativamente à dotação corrigida que era de um montante muito superior, isto é, de 2.805.829€. A rubrica de transferências correntes foi executada a 42,5%, com uma despesa paga de 235.852€ que compara com a dotação corrigida de 554.495€. As outras despesas correntes tinham uma dotação corrigida de 491.106€ que apenas foi executada em 2,3%, o que se traduz em despesa paga de apenas 11.498€. Finalmente, quanto à aquisição de bens de capital o seu grau de execução também foi bastante baixo, de 8,6%, numa dotação corrigida de 1.765.205€ e apenas foi paga a despesa de 152.083€.

Em síntese pode dizer-se que o orçamento de funcionamento dos SPUL teve uma dotação inicial de 7.219.804€, que passou para uma dotação corrigida de 9.230.511€ (o que significa um aumento de 27,8%), e foi executado em apenas 44,45%, isto é, num total de apenas 4.102.882€ de despesa paga.

O nível de execução da despesa (44,45%) está associado à necessidade de respeitar a regra do equilíbrio orçamental, por um lado, e à dependência da execução do projeto SAMA, por outro.

O gráfico seguinte permite concluir que as despesas com o pessoal representaram 77% do total da despesa paga, enquanto a aquisição de bens e serviços significava 13,3% e as transferências correntes se cifravam em 5,7%.

Execução Orçamental da Despesa



O quadro que segue permite detalhar as despesas com o pessoal pelas suas diferentes componentes/rubricas:

2014							2013	Variação Despesas com Pessoal
Remunerações Certas e Permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais ¹	CGA	SS	ADSE	Outras	Total Despesas com Pessoal	Total Despesas com Pessoal	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	(8)	(9)=((7)-(8))/(7)
2.473.622	3.863	280.686	278.161	27.932	47.928	3.112.193	2.856.524	9%

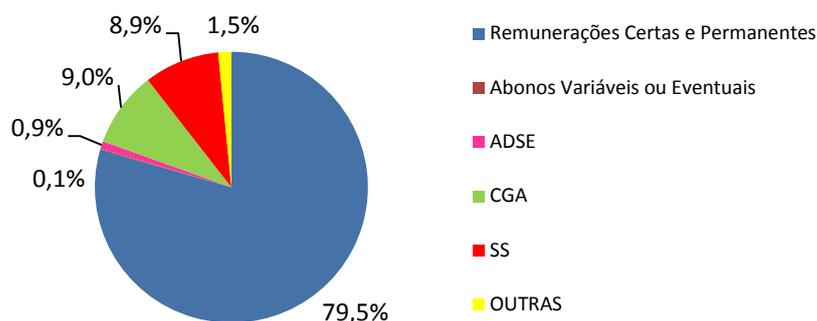
Nota¹: Os abonos variáveis ou eventuais não incluem o pagamento de indemnizações do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, no valor de 47.228€ - Fonte: Mapa do controlo Orçamental – Despesa

Como se pode verificar, as despesas com o pessoal desdobram-se por várias rubricas, nomeadamente, as de remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais, CGA, SS, ADSE e outras.

Da análise do quadro supra pode concluir-se que entre 2013 e 2014 o total das despesas de pessoal dos SPUL aumentou em 9%, dos 2.856.524€ para os 3.112.193€. Este acréscimo da despesa em 2014 pode ser explicado pelo acórdão do Tribunal Constitucional, que determinou a inconstitucionalidade das reduções remuneratórias na Lei do Orçamento de Estado para aquele mesmo ano e ainda pelo aumento da taxa de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações. Por outro lado, houve reduções de despesas determinadas por saídas para aposentação.

No gráfico seguinte apresentam-se as diferentes componentes das despesas com pessoal, sendo possível observar que as remunerações certas e permanentes representavam 79,5% do total das despesas com o pessoal, a segurança social significava 8,9%, e caixa geral de aposentações se cifrava em 9,0%.

Desagregação das despesas com pessoal em 2014



ANÁLISE PATRIMONIAL

ANÁLISE DO BALANÇO

O total do ativo líquido passou de 4.509.598€ em 2013 para 5.786.241€ em 2014, o que se traduz num aumento de 28%.

Como se pode verificar no quadro seguinte o ativo fixo, em que apenas tinham significado as imobilizações corpóreas, representava 11% do total do ativo, enquanto o ativo circulante representava 88,4%, e os acréscimos e diferimentos os restantes 0.6%.

Estrutura do Ativo	euros				
	2014	Peso no total do Ativo (%)	2013	Peso no total do Ativo (%)	Varição anual
Ativo Fixo	639.332	11,0	798.248	17,7	80,1%
- Imobilizações Corpóreas	639.332		798.248		80,1%
Ativo Circulante	5.116.908	88,4	3.681.349	81,6	139,0%
- Existências			13.628	0,3	0,0%
- Dívidas de Terceiros	2.644.446	45,7	1.940.133	43,0	136,3%
- Conta no Tesouro, Depósitos e Caixa	2.472.462	42,7	1.727.588	38,3	143,1%
Acréscimos e Diferimentos	30.000	0,6	30.000	0,7	100,0%
Total do Ativo	5.786.241	100,0	4.509.598	100,0	128,3%

Fonte: Balanço 2014

O quadro seguinte demonstra a evolução do ativo fixo corpóreo entre 2013 e 2014. Assim, no ano em análise, registou-se um investimento bruto de 152.083€ em equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas e uma cedência às unidades orgânicas que se cifrou em 21.272€. A variação registada entre os dois anos foi uma redução de 19,9% aproximadamente conforme quadro acima.

Ativo Corpóreo	2014				2013
	Ativo líquido	Investimento	Autos de	Amortizações	Ativo Bruto
Equipam. básico	31.112,89		-4.458,75	39.685,77	75.257,41
Equipam. administrativo	453.194,25	35.257,96	-5.953,08	775.620,12	1.199.509,49
Outras imob. corpóreas	155.025,27	116.825,40	-10.861,05	39.906,50	88.967,42
Imobilizações Corpóreas	639.332,41	152.083,36	-21.272,88	855.212,39	1.363.734,32

Fonte: Balanço e ABDR 2014

O ativo circulante era composto em 2014 apenas por dívidas de terceiros e disponibilidades, as quais representavam, respetivamente, as percentagens de 45,7 e 42,7% do total do ativo, ambas apresentando variações positivas face ao ano anterior.

Estas dívidas provinham, dos projetos SAMA (2.627.109€) e de outros devedores (2.916€).

No quadro seguinte apresenta-se a composição dos Fundos Próprios e Passivo

Fundos Próprios	2014
Reservas	243.311
Resultados transitados	1.913.790
Resultado do Exercício	732.161
Total de Fundos Próprios	2.889.262

Fonte: Balanço 2014

O total dos Fundos Próprios atinge o montante de 2.889.262€, dos quais 732.161 correspondem ao resultado líquido do exercício.

O passivo de curto de prazo é composto apenas pela dívida ao Estado e Outros Entes Públicos e tinha o valor residual de 343€.

Finalmente, apresenta-se o quadro relativo aos acréscimos e diferimentos.

Acréscimos e Diferimentos	2014	(%)	2013	(%)	Varição anual
Acréscimo de custos	414.212	14,3%	432.367	19,2%	-4,2%
Proveitos diferidos	2.482.423	85,7%	1.818.978	80,8%	36,5%
Total	2.896.635		2.251.345		28,7%

Fonte: Balanço 2014

O acréscimo de custos representou 14,3% do total dos acréscimos e diferimentos e teve origem em remunerações a liquidar e outros acréscimos de custos; os proveitos diferidos significaram 85,7% do total e correspondiam a subsídios para investimentos e outros proveitos diferidos relativos aos projetos SAMA em curso (2.159.034€).

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura de custos e perdas dos SPUL.

Euros

Custos e Perdas	2014	Peso no Total dos Custos	Peso no total dos Custos Operacionais	2013	Peso no Total dos Custos	Peso no total dos Custos Operacionais
Custos Operacionais	4.152.523	98,5%		5.072.913	93,4%	
- Custo das Mercadorias				54.894		1,0%
- Fornecimento e Serviços Externos	443.544	10,7%		1.354.416		26,7%
- Custos com Pessoal:	3.173.848	76,4%				58,8%
- Remunerações	2.491.194	60,0%		2.376.168		53,9%
- Encargos Sociais	682.654	16,4%		605.195		11,9%
-Transferências Correntes Concedidas	235.851	5,7%		399.495		7,9%
- Amortizações do Exercício	298.590	7,2%		282.627		5,6%
- Outros Custos e Perdas Operacionais	687	0,0%		115		0,0%
Custos e Perdas Financeiras	429	0,0%		416	0,0%	0,0%
Custos e Perdas Extraordinários	63.233	1,5%		356.831	6,6%	6,6%
Total de Custos e Perdas	4.216.185			5.430.160		

Fonte: Demonstração de Resultados 2014

Os custos operacionais representaram 98,5% do total dos custos e perdas.

Nos custos operacionais destaca-se:

- Os fornecimentos e serviços externos que representavam 10,7% do total;
- Os custos com pessoal que atingem o montante de 3.173.848€, dos quais 78,5% respeitam a remunerações e 21,5% a encargos sociais. Esta rubrica apresenta um elevado peso na estrutura de custos dos Serviços Partilhados (76,4%);
- As transferências correntes concedidas ascenderam a 5,7% dos custos operacionais;
- As amortizações do exercício respeitaram apenas a imobilizado corpóreo e ascenderam a 7,2% dos custos operacionais;

Os custos e perdas extraordinários atingem o montante de 63.233€ relativos a correções de exercícios anteriores e significavam 1,5% dos custos e perdas totais do ano.

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura de proveitos e ganhos dos Serviços Partilhados.

Proveitos e Ganhos	2014	Peso no total dos Proveitos	Peso no total dos Proveitos Operacionais	2013	Peso no total dos Proveitos	Peso no total dos Proveitos Operacionais
Proveitos Operacionais	4.786.572	96,7%		6.707.895	97,3%	
- Proveitos Suplementares	2.829		0,1%	165.162		2,5%
- Transferências - Outras	4.783.743		99,9%	6.542.733		97,5%
Proveitos e Ganhos Financeiros	26	0,0%		0	0,0%	
Proveitos e Ganhos Extraordinários	161.748	3,3%		184.523	2,7%	
Total de Proveitos e Ganhos	4.948.346			6.892.418		

Fonte: Demonstração de Resultados 2014

Na estrutura de proveitos e ganhos verifica-se que os proveitos operacionais representaram 96,7% do total, com o valor de 4.786.572€.

Os proveitos e ganhos extraordinários representam 3,3% do total dos proveitos em 2014 e respeitam a correções de exercícios anteriores e outros proveitos e ganhos extraordinários.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ

Apresenta-se em seguida o quadro com a evolução dos indicadores de solvabilidade e de liquidez dos Serviços Partilhados.

Indicadores	2012	2013	2014
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Total)	0,41	0,50	0,50
Solvabilidade (Fundos Próprios/Capitais Alheios)	162,99	158,81	8.423,50
Endividamento (Capitais Alheios/Ativo Total)	0,3%	0,3%	0,0%
Liquidez Geral (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	279,86	262,64	14.918,00
Liquidez Reduzida ((Ativo Circulante - Existências)/Passivo Circulante))	274,99	261,67	14.918,00
Liquidez Imediata (Disponibilidades/Passivo Circulante)	24,18	122,25	7.208,00

Na análise dos valores dos indicadores para o ano de 2014 deve ter-se desde logo em consideração que os SPUL praticamente não tinham capitais alheios nem passivo circulante, o que faz com que os indicadores de endividamento e liquidez tenham valores completamente fora dos parâmetros habituais; assim, os indicadores de liquidez andam na casa dos milhares de unidades, enquanto o de endividamento se reduz a zero por inexpressão dos capitais alheios. Já no que se refere ao indicador de autonomia financeira verifica-se que ele se mantém no mesmo valor do ano anterior, 50%, o que indica que os fundos próprios apenas financiam metade do ativo total, e revela um grau de autonomia relativamente baixo. Quanto ao indicador de solvabilidade verifica-se que a existência de fundos próprios de 2.889.262 euros para fazer face à quase absoluta insignificância de capitais alheios (de apenas 343 euros) dá aos SPUL praticamente um nível ilimitado de solvabilidade.